



Linhas Críticas

ISSN: 1516-4896

rvlinhas@unb.br

Universidade de Brasília

Brasil

Qvortrup, Jens

Visibilidades das crianças e da infância

Linhas Críticas, vol. 20, núm. 41, enero-abril, 2014, pp. 23-42

Universidade de Brasília

Brasilia, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=193530606003>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Visibilidades das crianças e da infância¹

Jens Qvortrup

Norwegian University of Science and Technology – Noruega

Resumo

Este artigo pretende discutir os diferentes significados de ‘criança’, ‘crianças’ ou ‘infância’, em diferentes contextos, com vistas a analisar a pertinência do que pode ser chamado de visibilidade – ou invisibilidade – da infância. São utilizados, para a discussão, conceitos auxiliares, como público/privado, e dicotomias, como proteção/participação. Observa-se, no decorrer da análise, que a ideia de visibilidade ou invisibilidade das crianças e da infância é ambígua e que seus significados variam historicamente. O artigo apresenta ainda uma avaliação em relação à produção de estatísticas sobre a infância e as crianças, e, nessa linha, analisa o lugar das crianças na política social.

Palavras-chave: Crianças. Infância. Visibilidade. Proteção/participação.

1. Tradução de Bruna Breda. Revisão técnica de Maria Letícia Barros Pedroso Nascimento.

Visibility of children and childhood

This article discusses the different meanings of ‘child’, ‘children’ or ‘childhood’ within different contexts, in order to analyze the relevance of what may be called visibility – or invisibility – of childhood. For the discussion, auxiliary concepts, such as private/public, and dichotomies, such as protection/participation, are used. The analysis shows that the idea of visibility or invisibility of children and childhood is ambiguous and its imports vary historically. The paper also presents an assesment of the production of statistics on children and childhood, and, in the same line, examines children’s place in social policy.

Keywords: Children. Childhood. Visibility. Protection/participation.

Visibilidad de los niños y de la infancia

Este artículo analiza los diferentes significados de “niño”, “niños” o “niñez” en diferentes contextos, con el fin de analizar la relevancia de lo que puede llamarse infancia visible – o invisible. Se utilizan también, como nociones auxiliares, el sector privado / público y las dicotomías de protección / participación. La idea de la visibilidad o invisibilidad de los niños y de la infancia es ambigua. Un examen conceptual más detenido muestra que tiene varios significados, que además varían históricamente. El documento también presenta una evaluación acerca de la elaboración de estadísticas sobre los niños y la infancia, y examina el lugar de los niños en la política social.

Palabras clave: Niñez. Visibilidad. Protección/participación.

Criança, crianças, infância

A forma pela qual se fala sobre crianças na sociedade moderna é extremamente confusa. Se alguém disser que as crianças são seres humanos, ninguém discordará, embora esse status seja constantemente colocado em dúvida, visto que as capacidades e competências infantis são supostamente incompletas se comparadas às de uma pessoa completamente crescida; as crianças também não são cidadãos, no sentido mais abrangente do termo, pois não têm, por exemplo, a oportunidade de atuar como membros de uma sociedade democrática; elas têm direitos, mas estão longe de ter todos os direitos dos quais os adultos dispõem.

Tornar as crianças e a infância (mais) visíveis tem sido um objetivo explícito dos chamados estudos sociais da infância, pois, como indica o objetivo, verifica-se que elas têm sido invisíveis ou insuficientemente visíveis até agora. Será isso verdade? O que pode significar?

A ideia de visibilidade ou invisibilidade das crianças e da infância é ambígua. Um minucioso exame conceitual demonstra que muitos são os significados destes termos e que, além disso, eles variam historicamente. Os historiadores têm imaginado períodos com crianças concretas (visíveis) sem uma infância (Ariés, 1962), e, ao menos uma romancista, P. D. James (1992), pressupõe a infância como um espaço vazio sem, literalmente, qualquer criança. Diversos autores vêm lamentando a infância que desapareceu (Postman, 1983), deteriorou-se (Suransky, 1982), liquidou-se ou tornou-se fictícia (Hengst, 1987) para as crianças modernas.

É difícil ser consistente e ordenado na utilização dos conceitos de 'criança', 'crianças' e 'infância'. Vou, entretanto, tentar utilizá-los da seguinte maneira: por 'criança' aqui se entende o sentido psicológico (e biológico) da criança individual, definido em termos de disposições psicológicas (e biológicas), cujos valores se modificam ao longo da infância individual da criança. Essa perspectiva – infância pertencendo “à criança” – significa um período específico ou estágio de seu curso de vida. Por 'crianças' entende-se uma pluralidade de crianças como um grupo, ou uma coletividade, mais ou menos coesa, incluindo o conjunto estatístico 'crianças'. Por fim, a 'infância' é definida em termos sociológicos como uma categoria permanente, isto é, como um segmento estrutural, que é o resultado da ação recíproca entre parâmetros sociais – econômicos, políticos, sociais, tecnológicos, culturais, etc. Ao contrário da infância individual, a infância sociológica é muito mais suscetível a mudanças históricas, enquanto a dinâmica da infância individual pode ser encontrada no desenvolvimento da personalidade.

Seja falando sobre 'criança', 'crianças' ou 'infância' nos deparamos com diferentes tipos e graus de visibilidade, historicamente instituídos, e presentes nos

diferentes modos de produção. Neste artigo buscarei tratar diferentes significados de criança, crianças e infância em diversos contextos. Utilizarei as dicotomias privado/público e proteção/participação como noções auxiliares.

Duas representações extremas

No início do século XXI, um novo movimento coloca em andamento uma campanha direcionada para as chamadas 'áreas sem crianças' (Belkin, 2000). Seu principal argumento parece ser que os adultos sem filhos² têm o direito de não serem aborrecidos ou incomodados pelos filhos das outras pessoas. A ênfase desta campanha situa-se na consideração de que as crianças são inadmissível e inaceitavelmente visíveis – na verdade, tudo o que pretende é fazê-las desaparecer do ambiente circundante. As crianças são, nesta interpretação, um assunto privado e, dessa forma, elas não devem perturbar outras pessoas; além disso, é obrigação dos pais manter as crianças fora do espaço público, aparentemente considerado como espaço de soberania e prerrogativa dos adultos. Defensores de 'áreas sem crianças', dessa forma, compreendem-nas provavelmente como um bem privado, que, definitivamente, não é seu assunto; a possibilidade que as crianças possam ser um bem público dificilmente se coloca. Para eles, as crianças não devem ser vistas nem ouvidas, e só poderão entrar na arena social quando estiverem maduras³.

O conceito de crianças utilizado pelos partidários de 'áreas sem crianças' é, claramente, o de que as crianças são um grupo relativamente amorfo de pessoas jovens. Eles não pensam nem se importam com qualquer criança individualmente, nem têm qualquer interesse pela infância, psicológica ou sociologicamente. Eles são uma parcela de adultos que podemos chamar de *free riders*⁴, pelo menos no que se refere à responsabilidade em relação às crianças. Para eles, a intrusão das crianças nas arenas públicas é pensada em termos de delito⁵.

Seria fácil considerar essa nova posição como uma aberração. Entretanto, cada vez mais nos deparamos com propagandas de 'férias sem crianças' e 'restaurantes

2. Nota de tradução: em inglês a palavra *child* significa tanto criança quanto filho(a). Neste caso, o significado que melhor se aplica é o de filhos.

3. O filósofo francês Jean-Paul Sartre (1967) certa vez escreveu que uma leitura dos marxistas dava a impressão que as crianças somente nasciam quando recebiam seu primeiro salário!

4. Nota de tradução: *Free rider* é um conceito da economia que basicamente significa que alguém usufrui de bens e benefícios públicos sem ter arcado com seus custos.

5. Nota de tradução: no original o termo utilizado é *status offence*.

sem crianças' e talvez essa atitude aparentemente emergente não devesse surpreender, dado o desenvolvimento nas taxas de fertilidade, por exemplo, espera-se que 40% das mulheres alemãs permaneçam sem filhos. Para o bem ou para o mal, podemos estar diante de uma mudança em nossos costumes. Até recentemente era esperado que as mulheres tivessem e criassem filhos, ao ponto de serem estigmatizadas, se não o fizessem. Atualmente, essa é somente uma dentre várias opções de escolha.

Há uma longa distância histórica e intelectual entre essa posição desapegada em relação às crianças e o outro extremo, qual seja, o ponto de vista arièsiano da representação das crianças na sociedade medieval e no início da sociedade pós-medieval. Aquela era uma sociedade na qual não faltavam crianças, mas que não tinha infância. As crianças eram visíveis, concreta e abundantemente, mas não constituíam uma categoria conceitual. Elas eram uma parcela e uma parte de qualquer comunidade local, a elas eram confiados deveres como aos adultos, elas não eram afastadas de eventos presumidamente perigosos – desde a sexualidade às execuções, ninguém as privava de testemunhar o que quer que acontecesse porque não havia a ideia de que as crianças constituíam um grupo específico, nem que tinham necessidades específicas. Dessa forma, as crianças estavam obviamente presentes na sociedade, onde não havia nenhuma ideia clara de segregação etária ou ordem geracional⁶, ou seja, ninguém percebia ou estimava a presença das crianças como crianças porque a infância era invisível, no sentido de que não existia consciência dela. As crianças estavam lá, em carne e osso, mas não como pertencentes a uma categoria geracional sobre a qual não havia conhecimento.

Na visão arièsiana dos mundos de vida pré-modernos, as crianças eram parte da vida pública, isto é, elas não eram segregadas pela idade⁷ nem confinadas à privacidade da família; de fato, pode-se colocar em dúvida que houvesse qualquer ideia de privacidade familiar (Brunner, 1980). Elas eram públicas, no sentido de estar no espaço aberto⁸, e estar no espaço aberto significava uma ampla visibilidade, mesmo que não necessariamente como entendemos atualmente.

6. Na verdade, havia uma ordem geracional da qual, no entanto, não se tinha consciência. O'Neill (1994) está, portanto, correto em sugerir que evitemos de falar sobre um contrato geracional, mas ao invés disso falarmos de um *pacto* geracional.
7. Afora os bebês, que eram em certa medida vistos como criaturas semelhantes a animais; a partir dessa idade, as crianças eram vistas como adultos pequenos.
8. No alemão (e de forma similar nas línguas escandinavas) a palavra para 'público' é 'die Öffentlichkeit', cuja tradução direta é 'abertura' (offer = abrir). Mas 'Öffentlichkeit' é ao mesmo tempo o antônimo de privado – 'die Privatheit' ou 'das Private'.

Curiosamente, nossa visão da moderna sociedade democrática é formada por noções de abertura, enquanto, ao mesmo tempo, temos experimentado uma grande quantidade de formas privadas – de propriedade privada de meios de produção em organizações privadas à privacidade das famílias. As crianças, na sociedade moderna, basicamente, pertencem à família privada, que é vista como um ‘paraíso num mundo sem coração’ (Lasch, 1977), retirado da sociedade pública ou uma proteção contra a suposta brutalidade da vida pública. Dessa forma, as crianças têm historicamente experimentado um movimento que vai da visibilidade – como pequenos adultos – nas comunidades locais e abertas para se tornarem invisíveis em espaços públicos em uma modernidade que – para adultos! – é caracterizada por muito mais liberdade e democracia – e nesse sentido mais aberta que as sociedades arièsianas. Esses aparentes paradoxos são resolvidos pela sugestão de que a infância entrou na cena histórica. Na verdade, esse era o ponto principal da famosa tese de Ariès sobre a invenção da infância: as crianças perderam sua visibilidade legítima no espaço público quando foram confinadas a uma variedade de formas institucionais de infância: uma infância familiar, uma infância escolar, uma infância pré-escolar, uma infância de lazer, etc. Resumindo, mesmo que a infância tenha ganhado mais visibilidade no interior desses confinamentos (cf. abaixo), tornou-se distante de um encontro mais abrangente com a idade adulta, sociologicamente falando. As crianças, portanto, perderam a visibilidade, isso se não foram de fato extirpadas do interior dos setores mais dominantes do tecido social, emblemáticos para os adultos, como o mundo dos negócios e do trabalho, as áreas urbanas, e os setores políticos e administrativos (cf., abaixo, rompimento entre produção e reprodução).

A notoriedade da criança

Ariès escreveu a respeito da vida familiar na pré-modernidade, enquanto as publicações sobre ‘áreas sem crianças’ mencionadas anteriormente são produto da pós-modernidade. Em algum lugar entre esses extremos, o conceito de criança assumiu uma grande influência. Talvez o compatriota de Ariès, Rousseau, mereça a paternidade do conceito, já no século XVIII, mas foi somente no advento do século XX que foi introduzido massivamente.

Politicamente, o conceito da criança tornou-se notável por meio da feminista e reformista social sueca Ellen Key (1900), que publicou seu famoso livro intitulado ‘O século da criança’, que de fato invocou uma nova visibilidade infantil no que se refere a uma nova atitude mais bem informada para com a criança. O momento da publicação do manifesto político de Key dificilmente pode ser considerado acidental.

Ele coincidiu com a inauguração de várias ciências da criança, primeiramente a psicologia do desenvolvimento, por meio da qual a criança ganhou notoriedade científica. Essa criança – no singular – esteve conosco ao longo do século XX. Desde então, no entanto, a criança individual vem, afinal, sendo vista como tendo liberdade de dizer o que pensa, de ter fala própria, de ser parceira de negociação, etc. – em outras palavras, ela aparentemente tornou-se mais visível. Mas essas liberdades e visibilidades são mantidas no interior de espaços particulares da infância; seu exercício não é permitido no espaço público, que parece pertencer aos adultos⁹.

Ironicamente, a criança seria dificilmente pensada sem o surgimento da infância no sentido arièsiano do termo, isto é, como um espaço social separado do espaço social da idade adulta. Essa criança psicológica (James et al., 1998) foi, de fato, des-espacializada e descontextualizada para que fosse definida em termos de disposições individuais e, então, tornada uma criança universal. Ainda assim, o conceito psicológico de criança encaixou-se bem na visão da infância de Ariès, no sentido de que o último foi confirmado por sua departamentalização de grupos de idade: a criança não era incluída na humanidade, mas estava em seu percurso em direção à humanidade e assim permanecia em estado de devir e de espera. Como tal, a criança ganhou um alto grau de visibilidade. Suas necessidades específicas foram descobertas e previstas. Uma maior probabilidade de sobrevivência fazia crescer a atenção e a proteção da criança, ao mesmo tempo em que era vista, cada vez mais, como vulnerável. No entanto, sob a mesma perspectiva, às crianças negava-se o tipo, a quantidade e o escopo de participação que lhes eram garantidas anteriormente, mesmo que involuntariamente.

Um dos paradoxos do trabalho de Ariès é que a ausência de consciência das crianças as tornava muito mais visíveis quando a infância não existia. Elas eram muito mais visíveis no sentido de que menos portas eram fechadas a elas, em que tinham acesso às mesmas áreas que os adultos. Entretanto, em termos de permissividade, as crianças provavelmente experimentavam-na bem menos do que atualmente. Pelo que sabemos, a partir de Mause (1974), por exemplo, sobre sociedades precedentes, violência e severidade eram amplamente disseminadas e a ausência da ideia de infância equivalia a tratar as crianças como pequenos adultos. Isso significava direitos e deveres para as crianças serem participantes na comunidade, mas também implicava que as crianças não eram especialmente protegidas. Em um artigo pouco conhecido, Ariès dá-nos um exemplo sobre o que tinha em mente.

9. Esse ponto é ressoante no artigo 12 da Convenção dos direitos da criança da ONU – que é, ao contrário, compreendida como a corporificação do direito à participação da criança. O direito de participação da criança é, mesmo nela, limitado ao ‘direito de dizer o que pensam *em assuntos que as afetam* e de ter sua visão levada a sério’ (itálicos meus).

Nos arredores da Florença Medieval, disse ele, havia um lugar de execuções, onde pessoas condenadas eram apedrejadas até a morte. Como sabemos, por razões de prevenção geral, essa forma de condenação à morte era um assunto aberto e público, no qual as crianças também eram testemunhas. Mas isso não era tudo: eram, na verdade, as crianças que tinham a tarefa de jogar as pedras e de tirar os corpos sangrentos e miseráveis do lugar. (Ariès, 1994)

Não é difícil de imaginar a reação de psicólogos do desenvolvimento contemporâneos em relação a essa tarefa atribuída às crianças, em vista de seu bem-estar presente e futuro. Ariès, no entanto, apresentou esse evento com velada satisfação. Sua mensagem parece ser a de que as crianças, na Florença Medieval, eram abençoadas por participar da vida social, um papel que, desde então, e para a insatisfação dele, vieram a perder quando passaram a ser cada vez mais protegidas contra os aspectos feios e perigosos da vida.

Se alguém fosse colocar essa história em um contexto arièsiano mais amplo, é plausível sugerir que proteção e participação, como as compreendemos, dificilmente seriam um problema na sociedade medieval. Não faziam parte de um discurso, nem de qualquer socialização, nem de uma agenda educacional. Se havia qualquer ideia de proteção, ela era provavelmente pensada em termos de uma noção utilitária. Não era principalmente a criança que deveria ser protegida; era uma força de trabalho futura que deveria ser nutrida o mais rapidamente possível. Assim, noções de oportunidade não eram baseadas em conquistas individuais, resultados ou sucessos, mas, em vez disso, na sobrevivência da comunidade, da qual essas crianças eram parte integrante.

Ariès tem sido acusado porque alega que os pais medievais não eram carinhosos, afetuosos, protetores. No entanto, penso que sua principal mensagem foi sobre a participação e não sobre proteção, embora as duas noções sem dúvida estejam relacionadas; de fato, pode-se dizer que elas representam as duas faces de Janus. Ele lamentou o que compreendeu como uma diminuição do papel das crianças no tecido social e foi crítico em relação a uma proteção que se desenvolveu na forma de encarceramento e que, posteriormente, tornou-se um entendimento positivo de proteção, como controle cada vez maior de crianças e jovens. Controle não é uma negação da proteção, mas sua versão autoritária e paternalista. Quando alguém assume essa versão extrema de proteção, está, ao mesmo tempo, menosprezando a habilidade das crianças de empregar sua capacidade e sua competência, e reforçando a ausência de confiança, entre adultos, em relação a essas qualidades das crianças.

Historicamente, a formação da infância, antes de tudo, não foi um esforço para mudar a criança, embora isso tenha se tornado o projeto explícito tanto

das ciências da criança quanto dos movimentos dos salvadores da criança¹⁰, em termos de melhorar seu desenvolvimento e resgatá-la socialmente. Esse foi, inadvertidamente, um processo pelo qual um conjunto de parâmetros foi 'inventado', e cuja totalidade veio a construir a arquitetura da infância em termos estruturais. A própria criação da infância, mesmo que sem intenção, não deixou de afetar as crianças e suas condições de vida. De fato, um dos parâmetros foi um discurso totalmente novo sobre a criança e suas habilidades, assim como sobre as crianças, que se tornaram cada vez mais privadas.

A conclusão até agora, pode-se argumentar, é que a criança nunca foi visível no espaço público ao longo da história: na pré-modernidade, porque a categoria não existia e, portanto, não havia uma relação com adultos ou idade adulta. Se a infância não existia, a idade adulta também não, então a relação entre as duas é logicamente excluída. Essa conclusão não impede, entretanto, que crianças, como pequenos adultos, fossem submetidas à repressão e à violência. Na modernidade, as crianças são invisíveis no espaço público porque foram colocadas à margem dele, em parte devido à nova, e agora bastante consciente, definição da criança como pessoa cujas competência e capacidade estão em compasso de espera, para tornarem-se um verdadeiro membro da comunidade humana, parte porque a criança individual e as crianças como um grupo não são vistas como tendo uma relação com adultos em geral, mas com uma forte tendência de que se restrinjam meramente a seus pais, professores e supervisores. É nesse contexto que o movimento de 'áreas sem crianças', como vimos, pode emergir. Nós podemos achá-lo repulsivo, mas sua emergência não é contraditória ao lugar onde as crianças foram postas na modernidade. Este novo posicionamento tem diversas consequências, para o bem ou para o mal, como veremos.

De contemporâneos à próxima geração

Apesar da objeção de muitos historiadores à visão de Ariès sobre a existência e não existência da infância na pré-modernidade, esta permanece frutífera, como uma ideia heurística. Ela implica, entre outras coisas, que pessoas jovens eram vistas basicamente como contemporâneas dos adultos; elas viviam no aqui e agora, simultaneamente aos mais velhos e trabalhando no mesmo projeto, isto é, a sobrevivência. Acredito que seja coerente à interpretação de Ariès a sugestão de que os adultos não despendiam muito tempo e esforço contemplando o desenvolvimento de uma criança individual, o que não excluía sua expectativa

10. Nota de tradução: no original, o termo utilizado é *child savers*, que é também o nome de uma organização internacional que visa a proteção de crianças.

em receber suporte de seus descendentes na velhice, se a alcançassem. Assim, embora houvesse, conceitualmente, um silêncio acerca da criança, das crianças e da infância, contemporâneos de pouca idade não eram silenciados: de fato, eles se articulavam e se manifestavam como participantes indispensáveis na vida pública pré-moderna, mesmo que provavelmente tenham sido submetidos a um regime disciplinar severo por parte de seus pais e talvez até de outros adultos da comunidade local.

Como já indicado, a definição cultural das crianças na modernidade é basicamente o oposto. Elas obtiveram a oportunidade, se não o direito, de falar o que pensam na família, mesmo que sua posição na esfera pública tenha se enfraquecido. Na verdade, sua definição na modernidade é fortemente caracterizada por nossas expectativas com relação ao seu futuro como adultas. Expressões coloquiais como 'crianças são o futuro da sociedade', 'crianças são a próxima geração' e 'crianças são nosso mais precioso recurso' são uma tendência que as priva de uma existência como seres humanos em prol de um imaginário que as têm como devires humanos e, dessa forma, salienta a ideia de que não são contemporâneas autênticas dos adultos. Elas estão no presente, por assim dizer, para que se invista nelas (Davis, 1940). Essa perspectiva não somente reflete uma posição no novo modo de produção, como também consente em e é substantiada pelo retrato psicológico da criança que progride em direção à completude e, assim, a torna regressivamente incompleta quanto menor ela for. As expectativas dos adultos sobre as crianças correspondem a colocá-las numa posição de espera. O destino das crianças é a espera – paciente, até tornarem-se adultas, para ter sua construtividade reconhecida, o que dizer sobre assuntos sociais, para ser parte da coletividade de cidadãos. Este obscurecimento da individualidade, da participação autêntica, é pensado provavelmente em termos de proteção da criança, preservando e ampliando suas potencialidades para uso futuro. Nesse sentido, é um forte parâmetro para a formação da infância como um aspecto estrutural e para a construção de uma limitação geracional.

Como aconteceu essa mudança na maneira de se ver as crianças? Terá sido uma revelação nas mentes dos adultos relacionados à igreja ou dos clérigos (Ariès, 1982), uma afeição súbita surgida no declínio da Idade Média, ou uma sentimentalização impulsiva do final do século XIX (Zelizer, 1985)? Tanto Ariès quanto Zelizer devem ser considerados como teóricos que contribuíram fortemente na linha do construcionismo social e que não contradizem totalmente o entendimento de que as alterações nas atitudes em relação às crianças estavam inerentemente conectadas às mudanças nos modos de produção e à posição ocupada pelas crianças neles, que defendo. Em outras palavras, na perspectiva dos adultos, as crianças perderam sua posição como pessoas úteis quando foram

finalmente transferidas das atividades manuais das eras pré-industriais para as atividades mentais das escolas, no início da industrialização. De uma posição na qual trabalhavam lado a lado e simultaneamente com os adultos, ou seja, como contemporâneos, seu novo lugar, como estudantes, implicou que seu trabalho escolar somente poderia ser reconhecido como útil muitos anos depois (se essa conexão entre estudo e trabalho fosse percebida). Essa nova característica diacrônica do envolvimento obrigatório na atividade necessitou de justificação científica, feita por reivindicação da psicologia do desenvolvimento, no sentido de que crianças estão se preparando para a idade adulta. Enquanto a escolarização como tal passou a ser percebida como indispensavelmente conectada a uma força de trabalho futura e qualificada, as crianças foram privadas de um papel visível na divisão social (diacrônica) do trabalho e reduzidas a receptáculos do conhecimento dos adultos – pais e professores. O outro lado da sentimentalização das crianças foi, portanto, o silenciamento de suas competências e capacidades, que aparentemente deveriam ser ensinadas conforme crescessem.

De participação à proteção

É de fato possível avaliar a sentimentalização – noção presente no livro de Zelizer cujo título diz tudo: “Colocando preço na criança que não tem preço” – como um desenvolvimento positivo nas atitudes em relação às crianças. Uma nova e consciente emotividade deve ser interpretada em termos de um tratamento amigável para com as crianças, inédito na história. Ela significou uma crescente atenção em relação à criança, a valorização de suas necessidades, e, ao menos na família – e, de certo modo, nas pré-escolas e escolas – o reconhecimento das crianças como contemporâneos, senão iguais. Na sociedade moderna, afinal, é regra, e não exceção, a ilegalidade do bater em crianças; nas famílias, esse desenvolvimento é mais lento – apenas em alguns países não é permitido que os pais utilizem punição física (Unicef, 2003). Minha opção é reconhecer essas relações com otimismo, embora não se possa ignorar completamente a hipótese de que tenham sido facilitadas pela convicção crescente de que há uma relação positiva entre tratar as crianças amigável e carinhosamente e os ‘resultados da criança’, como o termo produtivista determina. Não ousou pensar o que teria acontecido se a relação tivesse sido negativa. (Qvortrup, 2009)

Embora essas relações possam ser consideradas como encorajadoras e como um sinal da visibilidade crescente das crianças, há, no entanto, um preço a ser pago. Em primeiro lugar, como vimos, há harmonia com uma nova visão de criança como um adulto ‘incompleto’ ou ‘ainda não adulto’ – uma criança que, além disso,

é considerada cada vez mais frágil e vulnerável. Em segundo lugar, caminha ao lado da redução de opções para que as crianças participem em áreas mais amplas da sociedade (seu não reconhecimento como cidadãos, seu não reconhecimento como contribuintes da economia). Assim, ao mesmo tempo em que as crianças obtiveram mais voz nas famílias, e em alguns países também na escola, e, como consequência, verificamos um aumento do tratamento amigável para com as crianças nessas arenas, é também justificável sugerir que esse tratamento amigável não é óbvio na sociedade como um todo. Talvez não seja permitido, para além das pessoas defensoras das 'áreas sem crianças', falar com hostilidade da criança; não vou, porém, hesitar em usar a noção de Kaufmann (2005) de uma 'indiferença estrutural' em relação às crianças e à infância por parte da sociedade corporativa, inclusive da política, em vários níveis. Na verdade, a indiferença é uma forma de silenciar ou ignorar.

Dada a caracterização da criança como vulnerável, parece ser justificável acolher uma disposição protetora. A questão é, no entanto, quais são os limites da proteção e como proteção e participação são colocadas em contradição. Apesar de uma tendência crescente, nos estudos sociais da infância, por exemplo, de confirmar a competência das crianças ao ponto da onipotência, é preciso afirmar enfaticamente que conceder às crianças qualquer coisa próxima à igualdade de direitos seria uma investida infundada. Temos que admitir que crianças são tanto fisicamente menores quanto menos experientes mental e socialmente e, por isso, o argumento de Marx se aplica, ou seja, direitos iguais sob condições desiguais é equivalente a direitos desiguais (Marx, 1875). Por outro lado, uma ênfase extrema na suposta vulnerabilidade pode ser utilizada por segmentos mais poderosos como pretexto para silenciar e marginalizar as crianças.

A escolarização, conforme mencionado anteriormente, é um bom exemplo. Havia, é verdade, muitas boas razões para abolir o trabalho infantil clássico, entre elas a proteção. No entanto, essas boas razões não são suficientes para negligenciar ou desvalorizar o novo trabalho das crianças nas escolas. Não é difícil de entender porque defensores influentes do trabalho escolar, como o Estado e as corporações, interpretam a escolarização como um presente para as crianças e os pais e, assim, a ignoram como uma importante contribuição das crianças para o tecido social como um todo. Qualquer coisa diferente disso implicaria retornos massivos para as crianças e seus pais. Enfatizar medidas de proteção e de socialização ao custo de interpretar a escolarização como a participação das crianças na divisão social do trabalho foi, dessa forma, o interesse maior, irresistível, e mesmo assim um meio de suprimir as contribuições das crianças.

Não há dúvidas, da mesma forma, que é altamente justificável introduzir medidas para proteger as crianças contra a urbanização, a motorização e contra

a rapidez acelerada do transporte e da comunicação na sociedade moderna. Não deveríamos receber com prazer, unanimemente e sem reservas, os resultados estatísticos do Reino Unido que mostram que, de 1971 a 1990, o número de crianças mortas no trânsito foi reduzido de cerca de 1.000 para 300? Esses resultados foram, de fato, consequência de esforços conscientes de proteção das crianças. No entanto, conforme revelado em um estudo de 1970, replicado em 1990, a parcela de crianças que tinha permissão de usufruir da cidade sem a companhia de um adulto foi proporcionalmente reduzida. A quantidade de crianças às quais era permitido (1) atravessar a rua sozinha; (2) ir para lugares de lazer sozinha; e (3) utilizar ônibus sozinha diminuiu drasticamente durante esses 20 anos (Hillman et al, 1990, p. 44 e 131; O'brien et al., 2000).

Embora se deva comemorar a redução da fatalidade no trânsito, não seria também permitida a sugestão de que o preço pelos resultados positivos é amplamente pago pelas crianças em termos de diminuição de liberdade e independência de mobilidade? Ou em outras palavras: o preço não foi pago pelos adultos, em termos de adaptação às necessidades das crianças, ou de demandas legítimas para que fosse possível utilizar a cidade como se pertencesse também a elas?

Este exemplo não é único. A introdução de projetos de lei de toques de recolher tanto nos Estados Unidos quanto no Reino Unido pode ser interpretada da mesma maneira. Sob o pretexto do desejo de proteger as crianças do perigo, elas são proibidas de permanecer fora de suas casas durante períodos específicos, normalmente durante a noite. É sabido, no entanto, que essas medidas, em relação às crianças, são mais bem acolhidas por muitos adultos que se viam perturbados pelas crianças.

Considerando tais exemplos, somos forçados a olhar dialeticamente para vulnerabilidade, proteção e participação. Ao mesmo tempo em que é relevante considerar as crianças como vulneráveis, também seria pertinente sugerir que o mundo adulto é vulnerável. Ao considerar os investimentos feitos na cidade, em sua infraestrutura, em seu parque industrial, em suas fábricas e outros estabelecimentos comerciais, e alguém poderia também adicionar os custos da educação de adultos, não é de se admirar que grandes esforços sejam feitos para proteger esses investimentos contra crianças desordeiras e sua suposta capacidade de destruição. Sob este foco, é possível argumentar que são as propriedades, a infraestrutura e a qualificação dos adultos que devem ser vistas como frágeis e vulneráveis. Como consequência, parece lógico sugerir que as crianças sejam proibidas de participar autenticamente da vida da cidade, com o propósito de proteger as instalações dos adultos, ao invés de propor que as instituições existam para proteger as crianças dos perigos que o mundo adulto representa.

Uma visão equilibrada implicaria que a separação entre as crianças e os adultos seja explicada dialeticamente, mas raramente a vulnerabilidade do mundo adulto é mencionada, e esse desequilíbrio é uma forma de, na verdade, silenciar as crianças.

De responsabilidade pública para a privada

Por que se deveria considerar que o mundo adulto deve fazer alguma concessão em favor das crianças, em termos de, por exemplo, se adaptar às demandas e necessidades e, assim, responsabilizar-se por seus custos? Creio que esta questão seja crucial para o entendimento de como as crianças e a infância são representadas na modernidade. É uma questão, basicamente, de responsabilidade pelas crianças e/ou infância.

Pode-se deduzir, a partir do que foi dito anteriormente, que a responsabilidade pela natalidade e pela criação das crianças passou da responsabilidade pública para privada. Privatização nesse contexto significa, em primeiro lugar, familiarização: são os pais que autonomamente decidem se querem ter filhos, quando querem e quantos querem. Pode-se argumentar que sempre foi assim. No entanto, a suposição mais ou menos consciente – se não reconhecida – da interdependência geracional na pré-modernidade impactava profundamente as atitudes de recepção dos novos membros de uma comunidade. Embora a demanda por eles variasse em números, a sobrevivência de uma comunidade dependia da reprodução de uma nova força de trabalho, que ao mesmo tempo estava lá para prover tanto os jovens quanto os velhos. A percepção destas tarefas como empreitada comum e, nesse sentido, pública, era apoiada por uma ordem social na qual reprodução e produção eram inseparáveis. Nem a produção nem a reprodução podiam ser reduzidas à esfera privada; ambas eram visível e obviamente importantes para toda a comunidade, incluindo as contribuições das crianças. Ninguém poderia tentar ser *free rider* impunemente. Esses eram os princípios, como podemos vê-los em retrospectiva. Eles não garantiam, entretanto, um funcionamento bom e permanente o tempo todo e sabemos que tensões, atritos e pobreza eram eventos frequentes no passado.

É possível – na verdade, necessário – argumentar que as gerações continuam dependentes umas das outras na sociedade moderna. No entanto, este pensamento parece ter se perdido conforme a divisão do trabalho se intensificou. Atualmente parece ser de senso comum que produção e reprodução são funções completamente separadas. Embora os negócios e o comércio sejam completamente dependentes da renovação da força de trabalho, não faz parte da agenda política que assumam

a responsabilidade por sua renovação. Até mesmo o Estado é cauteloso em se envolver nas decisões familiares, a menos que a vida ou o bem-estar estejam em risco. Não é de se espantar, portanto, que indivíduos adultos vejam como um direito optar por uma vida sem filhos, a expressão extrema disso se manifesta em movimentos como os que exigem ‘zonas sem crianças’.

Como resultado, aos pais – famílias com crianças – são atribuídas as responsabilidades reprodutivas, cuja dificuldade para arcarem sozinhos é evidente, como empiricamente demonstrado, por exemplo, pelas taxas desproporcionais de pobreza das crianças e baixas taxas de natalidade. Entretanto, a privatização ou familiarização das crianças – combinadas com sua representação como incompletas, vulneráveis e sem utilidade econômica – tem consequências adicionais, no sentido de as crianças serem silenciadas ou terem negado o acesso a recursos. Duas áreas importantes merecem ser destacadas, a saber, a representação das crianças em estatísticas públicas e os direitos das crianças em reivindicar recursos sociais.

Crianças e estatísticas públicas

O desenvolvimento histórico, que fez as crianças tornarem-se um assunto privado, como vimos, coincide com uma atitude mais cuidadosa com elas – uma característica positiva que, no entanto, as tornou cada vez mais dependentes, especialmente tendo em vista que passaram a ser retratadas como vulneráveis e necessitadas de proteção adulta. Como tal, seu status como dependente não é exclusivamente negativo, pois se fossem consideradas com um status independente, como o dos adultos, na verdade, seriam omitidas as relações de poder e as crianças poderiam estar em perigo. Por outro lado, esse argumento não é válido como razão para esconder aspectos significativos das vidas das crianças, como é de costume em estatísticas e relatórios públicos. Uma boa razão para protegê-las contra a exploração e submissão não é suficiente para privar as crianças do que Barrie Thorne (1987) chama de ‘autonomia conceitual’, ou seja, uma autonomia que permite que as crianças sejam ouvidas e vistas por seus próprios méritos. É isso o que na verdade vem acontecendo – deliberada ou irrefletidamente – em estatísticas públicas, nas quais as crianças são pobremente representadas.

Etimologicamente, estatísticas são provenientes do ‘Estado’ e têm o objetivo de descrever condições que facilitam a organização e administração de tarefas do Estado. Portanto, em primeiro lugar, o Estado precisa saber o número de crianças e sua distribuição a partir de variáveis importantes para si, como a escolarização, por

exemplo. Segundo, o Estado e outros setores administrativos, como os municípios, têm grande interesse em conhecer quaisquer desvios que se referem às crianças, seja em termos de desvantagens ou de comportamento criminoso. Esses são casos nos quais encontramos, na maioria dos países, as crianças como unidade de contagem. Ademais, a família é basicamente a principal entrada para a coleta de informações sobre as crianças. Como a família é entendida como sua principal responsável mantenedora, o Estado e o público em geral não exigem informações precisas sobre as crianças. Por isso, normalmente não encontramos estatísticas familiares com crianças como unidade de contagem ou unidade de observação; omissão que resulta em dificuldades graves para obter informações simples como, por exemplo, o número de irmãos. Sabemos bastante sobre a distribuição de famílias de acordo com o número de filhos, mas há pouca informação sobre a distribuição de crianças de acordo com o número de irmãos. É igualmente difícil encontrar informações adequadas sobre a condição de moradia das crianças. Novamente sabemos o número de domicílios com crianças, mas não sabemos sobre a distribuição de crianças de acordo com o espaço ou outras dimensões qualitativas de moradia. Além disso, não é fácil encontrar, normalmente, a distribuição de crianças de acordo com recursos materiais, sejam eles recursos familiares ou transferências públicas.

É preciso dizer que a situação melhorou em alguns poucos países desde o início de 1990, conforme a pesquisa sociológica da infância começou suas atividades. Desse modo, nos países nórdicos da Europa, foi estabelecida uma base de dados das crianças. Nos Estados Unidos, por exemplo, há também uma longa tradição de coletar informações sobre a pobreza infantil. No geral, entretanto, crianças são silenciadas em estatísticas, tendo em vista que coletar informações estatísticas sobre crianças não é visto como tendo importância para o Estado.

Familiarização, portanto, na prática, significa manter as crianças escondidas na família, inacessíveis aos olhos do público. Para as crianças isso pode ser prejudicial. De um ponto de vista cultural, deve ser considerado como uma falha imensa, que, no entanto, parece coerente com o posicionamento econômico e simbólico das crianças na sociedade moderna.

Além daqueles que acreditam fortemente na soberania dos pais sobre os filhos (Lakoff, 2002), ninguém parece se beneficiar com essa situação, que dificilmente foi estabelecida como resultado de sérias reflexões.

O lugar das crianças na política pública

Um desenvolvimento positivo na produção de estatísticas na última década é o aprimoramento de nosso conhecimento sobre crianças em situação de pobreza. O quadro obtido não coloca as crianças em posição de perda, mas, mesmo assim, revela que pertencem a um dos grupos em posição mais perigosa. Uma significativa razão para isso é que – mais uma vez – as crianças são vistas como pertencendo à família ou à unidade doméstica, e, como se espera que os pais dividam sua renda com as crianças, deduz-se, logicamente, que a renda por membro da unidade doméstica será menor que nas unidades domésticas sem filhos, mesmo que escalas econômicas sejam consideradas (Kuznets, 1989). A situação das crianças é aliviada quando o Estado de bem-estar social interfere em seu favor (ou das famílias com filhos) e pode-se demonstrar que as taxas de pobreza das crianças são maiores em países (como os Estados Unidos e a Itália, por exemplo) onde o Estado de bem-estar social é menos desenvolvido do que nos países nórdicos da Europa, que têm um forte compromisso com o Estado de bem-estar social.

É preciso dizer, no entanto, que em nenhum lugar as crianças têm direitos constitucionais para receber suporte do Estado. Mesmo em países que se orientam pelo Estado de bem-estar social, as crianças são basicamente dependentes de seus pais. A razão de ser dessa posição é a ideologia inabalável da família, que dita que as crianças são responsabilidade dos pais.

Historicamente, as crianças são o único grupo remanescente que ainda não foi reconhecido como solicitante de recursos econômicos e sociais correntes. A revolução política e industrial do ocidente, Reinhard Bendix afirmou, “leva ao eventual reconhecimento dos direitos de cidadania de *todos os adultos*, incluindo aqueles em posição de dependência econômica” (Bendix, 1977, p. 66, grifos meus) – mas não das crianças, que, como sujeitos, não tiraram e não poderiam tirar proveito dessas mudanças. De certo modo, seguindo a linha de argumentação de Bendix, crianças ainda são – política e economicamente – parte do sistema feudal, que não concedia direitos imediatos “para sujeitos em posição de dependência econômica, tais como arrendatários, artesãos, trabalhadores e serventes: na melhor das hipóteses, são classificados como *dentro da unidade doméstica* de seus mestres e representados por meio dele e de suas propriedades” (Bendix, 1977, p. 66-67, grifos meus).

Seria indigno, é claro, sugerir que nada aconteceu para as crianças nos últimos 500 anos, mas é interessante notar que, formalmente, as crianças permanecem, em geral, subordinadas à unidade doméstica – ou talvez, atualmente, mais precisamente à família – sem direitos individuais a recursos sociais. Apesar de todo o progresso recente, por exemplo, devido à Convenção dos Direitos da

Criança, ainda restam muitas dúvidas sobre a possibilidade de que as crianças tenham reconhecidos direitos econômicos e políticos como cidadãos autônomos.

Conclusão

Como conclusão deste artigo não se defende que as crianças devam necessariamente ter todos e os mesmos direitos que os adultos têm. Na argumentação anterior, este tipo de conclusão levaria as crianças a sair da frigideira para cair no fogo. Também não se pretende concluir que a responsabilidade principal pelas crianças deva ser transferida dos pais para algum corpo administrativo externo à família. Por outro lado, parece ser um grande dilema para as crianças que elas sejam categorizadas como um grupo privatizado ou familiarizado, cuja importância para a sociedade como um todo é ignorada ou esquecida ou adiada para um futuro mais ou menos distante.

A visibilidade historicamente obtida pelas crianças por meio das ciências clássicas da criança, mesmo que não irrestritamente positiva, voltou nossa atenção para sua necessidade de proteção, e o papel dos pais, de salvaguardar e cuidar, é e permanece sendo importante.

Apesar da emergência do Estado de bem-estar social em alguns países, no século XX, a responsabilidade pública pelas crianças e pela infância se enfraqueceu indiscutivelmente ao longo da história, se é que alguma vez representou uma atitude consciente e difundida. Por que a sociedade corporativa e as pessoas sem filhos deveriam assumir a responsabilidade pelos filhos de pais que desconhecem, e que escolheram intencionalmente tê-los? O problema, nesse contexto, é exatamente que tanto pais quanto filhos passaram a ser considerados como estranhos em nossa civilização, como se a reprodução não tivesse qualquer relação com a produção e o bem-estar na sociedade moderna. Enquanto só se solicitar aos pais que assumam a responsabilidade pela existência das crianças, não haverá uma sustentação forte que reivindique a atores que não são pais, incluindo os corporativos, que se responsabilizem pela construção e reconstrução da infância, entendida como uma forma estrutural. Há evidências empíricas que sugerem que os pais, sozinhos, não são capazes de arcar com o que é necessário para a formação de condições materiais e espaciais para as crianças. Dado o fato inegável de que a sociedade corporativa é dependente da reprodução da força de trabalho, e o fato igualmente irrefutável de que todos, incluindo pessoas sem filhos, são dependentes de uma geração subsequente para produzir suporte e cuidados na velhice, permanece inconsistente que esses atores continuem a exigir o direito de serem indiferentes à infância.

Referências

- ARIÈS, Philippe. *Centuries of Childhood: a social history of family life*. New York: Vintage Books, 1962.
- ARIÈS, Philippe. *Barndommens historie*. Copenhagen: Nyt Nordisk Forlag, 1982.
- ARIÈS, Philippe. *Saint-Pierre oder die Süsse des Lebens*. Versuche der Erinnerung. Berlin: Verlag Klaus Wagenbach, 1994.
- BELKIN, Lisa. Your Kids Are Their Problem. *New York Times Magazine*, July 23, 2000, p. 30ff.
- BENDIX, Reinhard. *Nation-building and citizenship: Studies of our changing social order*. Berkeley: University of California Press, 1977.
- BRUNNER, Otto. Vom 'ganzen Haus' zur 'Familie' im 17. Jahrhundert. In: ROSENBAUM, Heidi (Ed.) *Seminar: Familie und Gesellschaftsstruktur*. Suhrkamp: Frankfurt am Main, 1980, p. 83-92.
- DAVIS, Kingsley. 'The sociology of parent-youth conflict'. *American Sociological Review*, v. 5, n. 4, 1940, p. 523-35.
- DEMAUSE, Lloyd. The Evolution of Childhood'. In: DEMAUSE, Lloyd. (Ed.) *The history of childhood*. New York: The Psychohistory Press, 1974. p. 1-73.
- HENGST, Heinz. The liquidation of childhood: an objective tendency. *International Journal of Sociology*, M.E. Sharpe, v. 17, n. 3, p. 58-80, fall. 1987.
- HILLMAN, Meyer; ADAMS, John; WHITELEGG, John. *One false move... a study of children's independent mobility*. London: Policy Studies Institute, 1990.
- JAMES, Phyllis Dorothy. *The children of men*. London: Faber & Faber, 1992.
- JAMES, Allison; JENKS, Chris; PROUT, Alan. *Theorizing Childhood*. Cambridge: Polity Press, 1998.
- KAUFMANN, Franz-Xaver. *Schrumpfende Gesellschaft: Vom Bevölkerungsrückgang und seinen Folgen*. Frankfurt a.M: Suhrkamp, 2005.
- KEY, Ellen. *Barnets århundrade: studie*. Stockholm: Bonniers förlag, 1900.
- KUZNETS, Simon. *Economic development, the Family, and Income Distribution: selected essays*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.
- LAKOFF, George. *Moral politics: how liberals and conservatives think*. Chicago and London: The University of Chicago Press, 2002.
- LASCH, Christopher. *Haven in a heartless world: the family besieged*. New York: Basic Books, 1977.
- MARX, Karl. *Critique of the Gotha-Programme: Marx/Engels selected works*. v. 3. Moscow: Progress Publishers, 1970 [1875].
- O'BRIEN, Margaret; JONES, Deborah; SLOAN, David; RUSTIN, Michael. Children's Independent Spatial Mobility in the Urban Realm. *Childhood, Norway*, v. 7, n. 3, p. 257-77, Aug. 2000.

O'NEILL, John. *The missing child in liberal theory*. Toronto: Toronto University Press, 1994.

POSTMAN, Neil. *The disappearance of childhood*. London: W.H. Allen, 1983.

QVORTRUP, Jens. Are Children Human Beings or Human Becomings? A Critical Assessment of Outcome Thinking. *Rivista Internazionale di Scienze Sociali*, Università Cattolica del Sacro Cuore, v. CXVII, n. 3-4, p. 631-653, 2009.

SARTRE, Jean-Paul. *Search for a method*. Alfred A. New York: Knopf, 1967.

SURANSKY, Valerie P. *The erosion of childhood*. Chicago: The University of Chicago Press, 1982.

THORNE, Barrie. *Re-Visioning Women and Social Change: Where Are The Children?* Gender and Society, Sage Publications, v. 1, n. 1, p. 85-109, Mar. 1987.

UNICEF. *A League Table of Child Maltreatment Deaths in Rich Countries*. Innocenti Report Card, Issue n. 5. Florence: Unicef, 2003.

ZELIZER, Viviana A. *Pricing the priceless child*. The changing social value of children. New York: Basic Books, 1985.

Recebido em julho de 2013
Aprovado em outubro de 2013

Jens Qvortrup é doutor em Sociologia e professor emérito da Norwegian University of Science and Technology (NTNU), na área da Sociologia da Infância. E-mail: jens.qvortrup@svt.ntnu.no.
